



Relatório da nova aposentadoria no Brasil será entregue hoje

Em clima de expectativa e também de apreensão, será entregue hoje, na Comissão Especial da Reforma da Previdência da Câmara dos Deputados, o relatório final sobre as regras da nova aposentadoria no Brasil.

O relator, deputado Arthur Oliveira Maia, fez alterações na proposta enviada pelo governo e até o final da tarde de ontem ainda se encontrava elaborando as mudanças do novo texto, com anuência do Governo Federal.

A preocupação sobre o assunto fez o próprio presidente Michel Temer

convocar várias reuniões com sua base de Governo e com líderes de partidos na Câmara Federal, tendo mostrado a importância da aprovação da reforma ainda no primeiro semestre deste ano.

Benefício assistencial.

Em reunião com o presidente Michel Temer na noite de domingo, líderes da base aliada sugeriram ao governo e ao relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), que seja fixada em 68 anos a idade mínima para o BPC (Benefício de Prestação

Continuada), pago a idosos com renda familiar de até 25% do salário mínimo por pessoa.

Para as pessoas com deficiência, não há um corte de idade.

A proposta original do governo não só colocava 70 anos como idade mínima para os idosos, como desvinculava o benefício do salário mínimo. Diante de críticas de parlamentares inclusive da base, estava em estudo uma proposta alternativa.

O modelo alternativo que a equipe técnica desenhava até os últimos

dias consistia em permitir que o benefício fosse pago a idosos a partir de 65 anos, mas com um valor correspondente a 50% do valor do salário mínimo. Esse percentual aumentaria 10 pontos a cada ano, de forma que aos 70 anos o benefício corresponderia ao valor do salário mínimo.

Deficientes. No caso das pessoas com deficiência, há um consenso há algumas semanas de que o benefício deve permanecer vinculado ao salário mínimo.

Todas as mudanças no texto dependem de aprovação do Congresso. Hoje,, o relator apresentará o parecer à comissão especial. **(Folhapress)**

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 18/04/2017

Exigência de 49 anos para teto da aposentadoria será alterada

O presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, Carlos Marun (PMDB-MS), disse ontem que haverá mudança na exigência de que o trabalhador contribua por 49 anos para ter direito a receber o teto da aposentadoria.

"Vai mudar a regra dos 49 anos, agora, não sei o detalhe de como será. Tudo que vi nas discussões que foram apresentadas sinaliza para uma regra que considero inteligente, mas não tenho detalhes. Que não vai ser 49 anos já está fechado", disse Marun, em entrevista após participar de seminário sobre a reforma da Previdência.

Nos bastidores do Poder em Brasília, a informação é de que o texto que previa 49 anos de contribuição para se obter a aposentadoria integral será modificado e deverá cair para 40 anos. Pelo texto retificado, o plano é que a transição para o novo regime dure 20 anos. Além de atingir a idade mínima, o trabalhador terá de pagar um pedágio, contribuindo por mais tempo com a Previdência.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 18/04/2017

Por reforma da Previdência, Temer quer dar cargos a deputados

O presidente Michel Temer determinou a auxiliares que destravem nomeações de cargos no governo para cerca de 40 deputados da base aliada em troca de votos favoráveis à reforma da Previdência. Líderes e articuladores políticos do Planalto identificaram que esses parlamentares, contrários ao projeto, fizeram indicações para órgãos do governo e ainda não foram atendidos. O governo crê que a liberação das nomeações possa ajudar a garantir os votos. O Planalto já começou a desbloquear indicações, por exemplo, para a Polícia Rodoviária Federal, vinculada ao Ministério da Justiça. Ainda há, no entanto, pendências nas estruturas estaduais de órgãos como a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 18/04/2017

Funcionários da Cursan cruzam os braços em Cubatão

Trabalhadores da Companhia de Urbanização e Saneamento (Cursan), autarquia da Prefeitura de Cubatão, deflagraram greve ontem (17) por tempo indeterminado. A paralisação se concentra em aproximadamente 400 trabalhadores representados pelo Sindilimpeza. A categoria reivindica o pagamento de benefícios em atraso e a manutenção do contrato, que foi encerrado no início de março, da Administração com a empresa. "Aguardamos um retorno da Administração. A greve vai além dos benefícios em atraso. O contrato da prefeitura com a Cursan para a limpeza das escolas municipais e outros espaços terminou no dia 1º de março. Já há rumores de que outra empresa será contratada para realizar os serviços, já que eles podem fazer um contrato emergencial. E como fica esses trabalhadores? ", questiona Paloma dos Santos, presidente do Sindilimpeza. Segundo a presidente do sindicato, mesmo tendo ingressado na empresa por meio de concurso público, os funcionários da Cursan podem ser demitidos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 18/04/2017

Servidores municipais de Cubatão mantêm a greve

Em assembleia realizada ontem (17), os servidores de Cubatão decidiram manter a greve que completa hoje (18) 22 dias. A categoria reivindica o veto aos projetos de lei aprovados recentemente na Câmara Municipal, que tratam da reforma administrativa proposta pela Administração. As alterações são chamadas pelo funcionalismo de 'pacote de maldades'. "Vamos aguardar a notificação formal da liminar e depois do prazo de 24 horas para o seu cumprimento realizaremos uma assembleia. Até lá a greve continua com 100%. Mas vamos recorrer da decisão", explicou Berenildo Gonçalves, vice-presidente do Sindicato dos Professores Municipais de Cubatão (SindPMC). No último dia 28, a justiça determinou o retorno de 80% do funcionalismo ao trabalho. Na semana passada, a juíza Luciana Castello Chafick Miguel estipulou R\$ 10 mil de multa diária para o descumprimento da decisão.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 18/04/2017

Governo vê aumento da dívida bruta a 76,9% do PIB em 2018

A dívida bruta deve subir a 76,9% do PIB (Produto Interno Bruto) no ano que vem e avançar a 77,9% do PIB em 2019, segundo estimativas que constam do anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 apresentado nesta segunda-feira (17) pelo governo ao Congresso Nacional. Pelo documento, a expectativa é que a dívida bruta, vista como importante indicador da saúde das contas públicas, só apresente redução em 2020, ainda que de maneira tímida, passando a 77,7% do PIB. No texto, o governo ressaltou que as projeções foram feitas pelo Banco Central com base nas metas fiscais para os próximos anos, que já haviam sido divulgadas no início do mês.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 18/04/2017